

Por Jorge Wahl

A Escrituração Fiscal Digital das Retenções e Informações da Contribuição Previdenciária Substituída (EFD – Reinf) é o nome do mais recente módulo, ainda em construção, do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), cabendo-lhe complementar o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial). Ainda não tem prazo para começar a ser exigida pela Receita Federal, mas a existência de dúvidas quanto ao seu correto atendimento e os de outras obrigações acessórias de natureza tributária em implementação, como a eFinanceira – Módulo de Previdência Privada e a e-Social, já fez a Abrapp ter pressa em organizar um webinar a realizar-se no dia 7 de outubro, quando os esclarecimentos poderão ser oferecidos pelo auditor Samuel Kruger, da SRF, entre outros especialistas, como Patricia Linhares, advogada tributarista e consultora, e Edgar Grassi, da Comissão Técnica Nacional de Contabilidade, ambos conhecedores profundos do assunto na medida em que têm acompanhado desde o início as conversas técnicas com a Receita. O evento via internet terá início às 14h30 e informações sobre a forma de acesso serão divulgadas nos próximos dias.

O diretor Alexandre Cure, da Abrapp, chama a atenção para a presença da Receita no evento e no diálogo técnico que vem permitindo que o assunto evolua. “É muito positivo podermos contar com um evento dessa qualidade num momento em que esclarecer dúvidas é algo que se mostra tão essencial”, resume por sua vez Edgar.

Patricia Linhares, nota que o webinar é oportuno ainda por uma outra razão: a EFD-Reinf ainda está em construção e sem prazo para ser entregue, de modo que os fundos de pensão ainda estão no tempo certo para contribuir para a elaboração da nova norma, tendo em vista as peculiaridades das entidades enquanto contribuintes.

Ela lembra tratar-se de uma nova obrigação fiscal, que recairá sobre todas as pessoas jurídicas que efetuam retenções na fonte de qualquer tributo.

Reuniões - E não faltaram reuniões para pavimentar o caminho que nos trouxe até aqui. Em junho último, em um encontro na sede da Receita em Brasília, Patrícia Linhares, Edgar Grassi e Edgar Santos, este último também integrante da Comissão Técnica Nacional de Contabilidade da Abrapp, reuniram-se com a equipe da SRF para tratar do novo módulo da e-financeira, denominado Módulo de Previdência Complementar. Naquele momento, relata Grassi, tratou-se de analisar todas as informações de forma a verificar inconsistências tanto de dados que podem estar descritos incorretamente, como de informações inexistentes. Após as discussões foi elaborada uma planilha contendo todas as descrições do novo layout. Foi esclarecido ainda pelos técnicos da RFB que a nova obrigação deverá ser encaminhada duas vezes ao ano, nos meses de fevereiro e agosto, ou seja, nos mesmos prazos do outro módulo “Operações Financeiras”.

Já o eSocial, outra das obrigações tributárias acessórias que está a caminho, estabelece a forma única com que passam a ser prestadas as informações trabalhistas, previdenciárias, tributárias e fiscais relativas à contratação e utilização de mão de obra, com ou sem vínculo empregatício e também de outras informações previstas na lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e de rendimentos pagos sujeitos à retenção na fonte. Ao ver das autoridades representa uma evolução na medida em que simplifica o cumprimento de obrigações e aprimora a qualidade de informações das relações de trabalho, previdenciárias e fiscais. Explica Grassi tratar-se de um projeto do governo federal que vai coletar as informações descritas no objeto do eSocial, armazenando-as no ambiente do eSocial, possibilitando ao órgãos participantes do projeto sua efetiva utilização para fins previdenciários, fiscais e de apuração de tributos e do FGTS.

Cereja do bolo - Nessa evolução, a “cereja do bolo” seria a Escrituração Fiscal Digital das Retenções e Informações da Contribuição Previdenciária Substituída (EFD – Reinf), que contempla

todas as retenções do contribuinte sem relação com o trabalho, bem como as informações sobre a receita bruta para a apuração das contribuições previdenciárias substituídas. A nova escrituração substituirá as informações contidas em outras obrigações acessórias, tais como módulo da EFD-Contribuições que apura a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB).

Entre as informações prestadas por meio da EFD – Reinf, destacam-se aquelas associadas aos serviços tomados ou prestados mediante cessão de mão de obra ou empreitada e às retenções na fonte (IR, CSLL, COFINS, PIS/PASEP) incidentes sobre os pagamentos diversos efetuados a pessoas físicas e jurídicas, entre outros casos.

Outras tantas obrigações passamos a atender nos últimos anos. Como a EFD – Contribuições, um arquivo digital instituído no Sistema Público de Escrituração Digital – SPED utilizado pelas pessoas jurídicas de direito privado na escrituração da contribuição para o Pis/Pasep e da Cofins, com base no conjunto de documentos e operações representativos das receitas auferidas, bem como dos custos, despesas, encargos e aquisições geradores de créditos. Seu prazo de entrega é até o 10º dia útil do 2º mês subsequente ao que se refira a escrituração. Por sua vez, a SPED Contábil – ECD é parte integrante do projeto SPED e tem por objetivo a substituição da escrituração em papel pela escrituração transmitida via arquivo, ou seja, corresponde à obrigação de transmitir, em versão digital, vários livros, sendo que a data-limite de transmissão dos arquivos da ECD (Escrituração Contábil Digital) sem multa, para as escriturações referentes ao ano-calendário 2015 e a situações especiais de janeiro a abril de 2016, ocorreu no último dia útil do mês de maio (31/05/2016). Há ainda a eFinanceira – Módulo de Operação Financeira, uma obrigação acessória que reúne diversas informações relativas a operações financeiras de interesse da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB). É constituída por um conjunto de arquivos a serem entregues em leiautes específicos, por meio do ambiente do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped). Foi instituída pela IN RFB nº 1.571, de 2 de julho, de 2015, tendo como prazo de entrega, inicialmente dentro de um caráter de excepcionalidade, entre 1º e 31 de dezembro de 2015, até o dia 12 de agosto de 2016; e no primeiro semestre de 2016, até o último dia útil de novembro de 2016.

Fonte: [Diário dos Fundos de Pensão](#), em 28.09.2016.